

Etnoconhecimento e Economia Criativa: Fomentando Políticas Públicas para a Etnia Sateré-Mawé em Parintins/AM

VALE, Thompson Fábio Santos do¹
CASTRO, Mírian de Araújo Mafra²
LIMA, Mayara Viana de³
SILVA, Sandra Helena da⁴
Universidade Federal do Amazonas

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar como o etnoconhecimento associado a economia criativa na produção artesanal do empreendimento Arte Poranga Nativa fomenta políticas públicas para a etnia Sateré-Mawé em Parintins/AM e como este empreendimento tem difundido e conservado a cultura indígena Sateré-Mawé na cidade. Os resultados indicam para o fato do empreendimento possuir uma função social e econômica para o fomento de políticas públicas à população indígena em situação urbana, o que requer o incentivo de políticas setoriais para indígenas empreendedores criativos no Baixo Amazonas. Fomentar políticas públicas para estes povos é primordial como possibilidade de desenvolvimento local, no caso do estudo em Parintins, salvaguardando as singularidades e saberes dos povos amazônidas.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Indígena; Sateré-Mawé; Economia Criativa; Etnoconhecimento

Abstract

The present work aims to analyze how the ethnoconhecimento associated with the creative economy in the artisanal production of the project Arte Poranga Nativa promotes public policies for the Sateré-Mawé ethnicity in Parintins / AM and how this enterprise has spread and preserved the Sateré-Mawé indigenous culture in City. The results indicate that the enterprise has a social and economic function for the promotion of public policies to the indigenous population in an urban situation, which requires the encouragement of sectoral policies for indigenous creative entrepreneurs in the Lower Amazon. Promoting public policies for these peoples is paramount as a possibility for local development, in the case of the study in Parintins, safeguarding the singularities and knowledge of the Amazonian peoples.

Keywords: Public Policies; Indigenous; Sateré-Mawé; Creative economy; Ethnoconference

Introdução

O direito de ser indígena na aldeia, na cidade, em qualquer espaço sociocultural exige condições dignas de existência. Para isso é necessário o acesso a políticas públicas com ênfase na educação e no trabalho, destinadas a população Sateré-Mawé em situação urbana. E nesse sentido é mister pensar no respeito à cultura, ao conhecimento étnico quando se fala em atividades geradoras de renda para os povos indígenas.

¹ Graduando em Artes Visuais. Universidade Federal do Amazonas

² Mestranda em Sociedade e Cultura na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas

³ Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas.

⁴ Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas.

Nesse contexto, indaga-se acerca de como o etnoconhecimento pode ser associado a economia criativa na produção artesanal dos Sateré-Mawé? E mais especificamente no empreendimento indígena Arte Poranga Nativa? Esse empreendimento pode ser fomentador de políticas públicas para a etnia Sateré-Mawé em Parintins/AM? E como este empreendimento tem difundido e conservado a cultura indígena Sateré-Mawé na cidade?

Entendemos que a economia criativa é um conceito ainda em desenvolvimento que compreende a gestão da criatividade para gerar riquezas sociais, culturais e econômicas. Tão importante quanto esse conceito está a discussão sobre o Etnoconhecimento e as Políticas Públicas, especialmente as voltadas aos povos indígenas. Assim, esse trabalho objetiva analisar como o etnoconhecimento associado a economia criativa na produção artesanal do empreendimento Arte Poranga Nativa fomenta políticas públicas para a etnia Sateré-Mawé em Parintins/AM e como este empreendimento tem difundido e conservado a cultura indígena Sateré-Mawé na cidade.

Para o alcance do objetivo proposto estrutura-se este trabalho da seguinte forma: primeiramente apresenta-se a Metodologia e a Fundamentação teórica, tendo os subtópicos 3.1) Etnoconhecimento: construções e reconstruções entre gerações e 3.2 Economia criativa. Passa-se então aos Resultados e Discussão dos tópicos: 4.1 Arte Poranga Nativa: o etnoconhecimento associado a economia criativa na produção artesanal; 4.2 Ações AmIC e Políticas públicas para a etnia Sateré-Mawé em Parintins/AM; 4.3 Difusão e conservação da cultura indígena Sateré-Mawé a partir da Arte Poranga Nativa. Conclui-se com as Notas Finais deste trabalho.

Etnoconhecimento: Construções e Reconstruções entre Gerações

O Brasil é conhecido mundialmente como um país megadiverso, desde a biodiversidade até a heterogeneidade de seu povo. São diversas as cores e costumes, reunindo uma diversidade de saberes, símbolos e significados a apenas um país, sendo este plural, múltiplo e variado, apresentando povos das mais diversas culturas. Com relação ao conceito entendemos que a cultura:

Denota um padrão de significado transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas e expressa sem formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida (GEERTZ, 1984, p.103).

A cultura influi diretamente no modo de vida de um povo, pois interfere diretamente nos valores, nas crenças, costumes e até mesmo nos hábitos alimentares. Assim como Geertz, Langdon afirma a cultura como um:

Sistema simbólico coletivo, público e expressivo que constitui uma visão de mundo que informa a ação e a prática humana. Para os membros de uma sociedade, a cultura organiza o universo e os ajuda a definir seu lugar frente ao mundo (LANGDON, 1996, p.23).

Segundo Nogueira (2008, p.13) “a cultura é a mais profunda e complexa forma de conexão entre a vida interior e exterior de indivíduos e coletividades. Quanto mais próxima dos marcos organizativos de suas identidades, mais fascinantes e complexos parecem os fenômenos e processos culturais”.

Ao discutir cultura não se pode esquecer de ressaltar acerca do etnoconhecimento, em seu conceito destaca-se o saber expresso pelas categorias mentais dos diversos grupos “tradicionais”, por meio de classificações específicas cujos termos são expressos em vocabulário próprio do grupo estudado. Etnoconhecimento são os saberes, tradições (cultura), transmitidos de geração a geração nas “comunidades tradicionais”, aprendidos com a vida cotidiana e a interação direta com o ambiente e seus fenômenos (NASCIMENTO, 2013).

De acordo com Diegues (1999, p. 30):

O conhecimento tradicional é definido como o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural, sobrenatural, transmitido oralmente de geração em geração. Para muitas dessas sociedades, sobretudo para as indígenas, existe uma interligação orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social. Nesse sentido, para estas, não existe uma classificação dualista, uma linha divisória rígida entre o “natural” e o “social”, mas sim um continuum entre ambos.

Os povos “tradicionais” não só convivem com a biodiversidade, mas também nomeiam e classificam as espécies vivas segundo suas próprias categorias e nomes. Essa biodiversidade não é vista como selvagem, ela foi e é domesticada, manipulada. Bem como “essa diversidade da vida não é vista como ‘recurso natural’, mas sim como um conjunto de seres vivos que tem um valor de uso e um valor simbólico, integrado numa complexa cosmologia” (DIEGUES, 1999, p. 31- 32).

O Artesanato Indígena aa Economia Criativa

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o Brasil é um país com aproximadamente 230 povos indígenas. São 180 línguas nativas identificadas e um total de 817 mil indivíduos. O maior número de populações indígenas está no estado do Amazonas. Cerca de 129.529 indígenas, distribuídos em 178 terras documentadas que representam 30% do território (CHAVES; CARVALHO, 2016, p. 48).

Teóricos como Madeira (2014), Machado (2016), Reis (2012) consideram que a economia criativa é um conceito em construção, fortemente atrelado a novos modelos econômicos. Os setores criativos estabelecem conexões entre si, a exemplo o setor do turismo e o segmento do artesanato. Por tanto, a economia criativa tem potencial para promover o desenvolvimento regional por meio da criatividade dos povos brasileiros indígenas e não indígenas. Contudo, deve ser pautado nos princípios da solidariedade por meio da criação de redes que viabilizem o aperfeiçoamento do uso de técnicas e novas tecnologias no saber/fazer das relações sociais produtivas.

A respeito da artesanaria, que é uma das formas mais espontâneas de expressão do povo brasileiro, tem se destacado devido a diversidade da produção do artesanato, com ênfase na cultura local e a disponibilidade de matérias primas. Além de ser uma marca de identidade nacional e local, a produção artesanal, na maioria das vezes, garante o sustento de famílias de pessoas e tem um elevado potencial de ocupação e geração de renda no país como um todo (COELHO, 2016 *apud* DEJAU, 2012).

Deste modo, a criatividade é vislumbrada do ponto de vista econômico como geradora de riqueza e, os talentos individuais, a propriedade intelectual como promissora para o desenvolvimento da indústria criativa, conforme elenca o Sistema Firjan (2008). Por meio dos estudos produzidos pela Firjan, o relatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) traçou definições sobre a indústria criativa brasileira, ressaltando sua importância econômica: ciclos de criação, produção e distribuição de bens e serviços que envolvem a criatividade e o capital intelectual como insumos primários. Os estudos da Firjan apontam para importância do mapeamento da economia criativa no Brasil (COELHO, 2016, p. 85-87).

Frente a essa realidade e as dificuldades das organizações políticas, o Estado do Amazonas deste 1979 vem tentando organizar os marcos regulatórios da artesanaria em seu território, Coelho (2016, p. 94-95) ressalta:

No Estado do Amazonas a regulação do artesanato como atividade produtiva tem sido geridos pela Secretaria do Trabalho e Serviço Social do Estado do

Amazonas (SETRAS) em 1979, foi instituído o Programa do Artesanato Amazonense (PAA) por meio do decreto 4.692, de 23 de outubro de 1979. Dessa forma para atender a execução da proposta do PAA foi criada em 04 de outubro de 1984 a Central de Artesanato Branco e Silva, assim como, a Central de Artesanato, estes vinculados a Secretaria de Estado do Trabalho no Amazonas (SETRAB).

Coelho (2016) ainda evidencia que o Programa do Artesanato Amazonense objetivava a promoção de ações educativas voltadas prioritariamente para o artesanato indígena, caboclo e regional com destaque na identidade cultural para geração de trabalho e renda com ênfase na sustentabilidade ambiental. Destaca-se como resultados das primeiras ações do referido programa o cadastramento de 20 mil artesãos. A participação de artesãos amazonenses em feiras nacionais e a realização de cursos de capacitação. Deste modo, a resolução 025/90 do Gabinete da Secretaria de Estado da Fazenda (GSEFAS) do estado do Amazonas, definiu que um produto típico artesanal é aquele produzido pelo próprio artesão em sua residência ou ateliê, sem a utilização de trabalho assalariado.

Ressalta-se que a nível nacional o Ministério da Cultura, por meio do Plano da Secretaria da Economia Criativa de 2011-2014, estabeleceu diretrizes de uma política da economia criativa brasileira. O artesanato foi retratado no referido plano como um segmento primordial para a inclusão social, pautada na sustentabilidade e inovação à luz da diversidade da cultura brasileira. Promover e fortalecer os empreendimentos criativos por meio de redes estaduais e municipais é dar suporte e oportunidade as experiências econômicas vivenciadas nas diferentes localidades desse país (BRASIL, 2012).

Destarte, a ênfase no trabalho desenvolvido por meio de secretarias nacionais, estaduais e municipais é fruto da viabilidade que tais instituições têm em formular, fomentar e implementar políticas públicas para o desenvolvimento local dos povos brasileiros, de acordo com as competências e potencialidades de cada lugar, conforme preconizam as Secretarias de Cultura (SEC).

Destaca-se que as organizações políticas no Brasil vivenciam a dificuldade de formular, implantar e monitorar as políticas públicas voltadas aos trabalhadores da cultura. Leitão (2016) indaga que essa dificuldade pode ser, em parte, fruto da incompreensão dos governantes acerca dos novos papéis da cultura para o desenvolvimento sustentável dos países. Arelado a essa indagação a autora supracitada evidencia o pouco conhecimento sobre a temática da economia criativa, impedindo os governos de atuar para o fortalecimento da economia com ênfase na cultura e criatividade no país.

Arte Poranga Nativa: O Etnoconhecimento Associado a Economia Criativa na Produção Artesanal

O artesanato Sateré-Mawé tem sua estrutura fundamentada nas explicações mitológicas. A criação de seus artefatos materiais e imateriais, mais que o valor de uso, possuem o valor simbólico, representado e revivido por meio de seus ritos e mitos. A celebração de seus rituais, configuram a visão cosmológica indígena.

Uggé (1993), ressalta que a etnia Sateré-Mawé relata que o artesanato foi dado a esse povo por meio de uma divindade. O indígena Sateré-Mawé em suas narrativas, elenca que: um ser semelhante a Deus ao caminhar pelas terras habitadas pela etnia Sateré-Mawé encontrou uma grande jiboia que tentava o ludibriar, contudo, por fim foi morta e suas partes corta em pedaços. A primeira parte caída foi a ponta do rabo que deu origem a Preguiça Grande. A cabeça originou Inhambu Vermelho; as partes que caíram originaram a Jacitara; outra parte ainda deu origem ao Arumã. A partir dessa transformação essas fibras deram origem ao artesanato Sateré-Mawé. A atividade foi o legado deixado as pessoas e seus jovens descendentes como um meio de fazer seus trabalhos em artesanato, conforme enfeites e desenhos da antiga Jiboia Grande.

Essa breve narrativa do mito de origem do artesanato indígena Sateré-Mawé, evidencia como a cultura agrega o potencial de reconhecimento e valorização dos saberes tradicionais e em consonância com novas dinâmicas de geração de trabalho e renda na atualidade pode contribuir para a emancipação econômica de famílias indígenas, sobretudo em situação urbana.

Em Parintins-AM, o empreendimento denominado Arte Poranga Nativa foi a forma que o artesão D. Oliveira, indígena da etnia Sateré-Mawé, encontrou de difundir e fortalecer sua cultura, gerando ao mesmo tempo os meios de satisfação de suas necessidades econômicas em situação urbana. Antes mesmo de o empreendimento ser intitulado Arte Poranga Nativa, o artesão realizava seu trabalho reproduzindo totens de sua cultura e realizando recriações do artesanato existente a partir de suas demandas de sobrevivência cultural e econômica no seguimento do artesanato com ênfase indígena.

O local de produção da Arte Poranga Nativa é hoje o anexo denominado “Casa do Índio: Artesanato Indígena e Anexos”, inaugurada no ano de 2006, sendo uma doação de Carlo Salvi Charity Trust, no espaço cedido pela Diocese de Parintins coordenada pelo bispo Dom Giuliano Frigeni e com apoio do Padre Benito de Pietro. A finalidade deste espaço era que os indígenas Sateré-Mawé e Hiskaryana tivessem onde alocar e comercializar seus produtos do artesanato na cidade de Parintins.

Por alguns anos esse espaço compartilhado serviu para a comercialização de indígenas das referidas etnias, porém, mais recentemente apenas o artesão D. Oliveira, conhecido em sua etnia como Twiri, ou D. Sateré, vem realizando sua produção do artesanato em madeira Molongó no referido local. Sua produção constitui a elaboração de totens, máscaras, canoas, estatuetas antropomorfas e zoomorfas, teçumes, saias, biquínis, corpete, colares com sementes coletadas na mata.

Deste modo, a figura 01 elucida essa transformação e elaboração da etnia em espaço urbano:

Figura 01: Artesanatos produzidos pelo empreendimento Arte Poranga Nativa



Fonte: Pesquisa de Campo Incubadora AmIC, 2016.

Destaca-se que os totens e as estatuetas antropomorfas, carregam grande expressividade na demonstração da cultura Sateré-Mawé. Na composição da figura 01, podemos analisar elementos de grafismo, cujos padrões lembram os símbolos que representam lendas e mitos Sateré-Mawé. Percebe-se nos elementos que compõe a figura 01 conjuntos de desenhos, riscos curvilíneos fazendo menção à uma cobra, outro nos lembra uma borboleta, outro um rio com peixes, uma noite estrelada e assim um conjunto de representações. Estes padrões são intrínsecos ao artesão D. Oliveira.

A respeito da valorização do artesanato, Castro e Vale (2016) registraram os dísticos do artesão D. Oliveira:

Para mim o artesanato é o “Ouro negro da Amazônia” – porque nós muitas vezes pisamos numa terra rica sem dar valor. Nossa terra é tão abençoada. Tem madeira, tem semente, tem uma série de coisas que podemos transformar para ganhar dinheiro. Eu me dei conta e comecei a trabalhar com

a cuia [*Crescentia cujete L.*], imaginando o que poderia fazer. Quando dormia, pedia para que Deus me mostrasse uns desenhos, era uma coisa rápida [um insight] e até hoje, às vezes eu fico sentado aqui quando me dou conta os desenhos estão em minha cabeça. (Sr. José Douglas de Oliveira, 45 anos, Parintins/AM, 2016). – (p.56, 2016).

Ser um artesão não é somente pensar no lucro, é você ter a sensibilidade por ela e em segundo lugar, é você ter a dominação da arte, não é a arte te dominar. Mas muitas pessoas pensam em ganhar dinheiro com artesanato fazendo de qualquer forma. Podem até experimentar fazer aquelas peças depois esmorece e vai embora. Muitos começaram junto comigo, mas eles não produzem mais, apenas revendem. Aqui as peças são fabricadas e vendidas. E a arte para mim é uma forma de expressão do meu sentimento, é uma forma de expressar quem eu sou. É uma forma de expressar a valorização da minha tribo Sateré-Mawé. (Sr. Douglas Oliveira, 45 anos, Parintins/AM, 2016). – (p.58, 2016).

O processo de ressignificação da identidade étnica Sateré-Mawé vivencia a transformação e reorganização de suas vidas na cidade e deste modo requer uma assimilação e adaptação aos novos processos socioculturais elaborados pelo grupo social que passa a construir seus cotidianos na cidade. A respeito da produção do artesanato do empreendimento indígena Arte Poranga Nativa, este vem criando e recriando suas peças a partir da interação entre elementos tradicionais e novos elementos, haja vista a própria expressão tradição ser caracterizada pelo processo de reprodução e transformação. Conforme elucidada Alvarez (2009, p. 10) as tradições culturais indígenas da atualidade não são iguais as da época da conquista, mas na medida em que nelas se originam, carregam certos valores tradicionais que se expressam nas subjetividades e através de rituais e na reprodução de elementos da cultura material deste povo.

A incubadora Amazonas Indígena Criativa vem atuando no assessoramento técnico das demandas de um empreendimento indígena em processo de formação e organização socioeconômica, realizando o acompanhamento dos desafios e possibilidades da Arte Poranga Nativa alcançar seus objetivos e metas no seguimento do artesanato em âmbito local, regional e quem sabe internacional dos produtos produzidos por este empreendimento em Parintins.

Entretanto, infere-se que a ausência de uma liderança indígena atuante na Casa de Trânsito Indígena, dificulte a organização da etnia na cidade. Assim como, a influência dos costumes da sociedade envolvente na cidade interfira em aspectos culturais essenciais da cultura indígena Sateré-Mawé, interferindo sobremaneira em suas reorganizações socioculturais, implicando no direcionamento de atividades coletivas com ênfase na qualidade de vida da etnia em pauta.

Ações Amic e Políticas Públicas para a Etnia Sateré-Mawé em Parintins/Am

O Ministério da Cultura organizou a partir de planos e estratégias o fomento de políticas públicas, visando estimular a criação, a produção, a circulação e a difusão dos produtos e manifestações culturais como estratégias de etnodesenvolvimento dos povos indígenas (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2012b). A partir dessa organização de fomento de políticas públicas direcionadas as iniciativas empreendedoras indígenas e não indígenas, no Amazonas é aprovada em 2014 a criação da Incubadora AmIC com sede em Parintins-AM. A Incubadora Amazonas Indígena Criativa (AmIC) foi implantada com o objetivo central de desenvolver ações diretamente voltadas ao assessoramento de empreendedores criativos com raízes culturais indígenas.

Como a Incubadora AmIC tem a responsabilidade social de assessorar empreendimentos indígenas para a garantia de oferta de bens e serviços adequados à conservação de vínculos culturais dos povos amazônicos, elaborou-se, então, o Projeto de Ação: Revitalizando a Casa de Artesanato Indígena Arte Poranga Nativa (2016). Este projeto de intervenção para a revitalização da “Arte Poranga Nativa” está em desenvolvimento e busca “revitalizar o espaço físico de produção e comercialização de artesanatos Sateré-Mawé, visando à garantia da oferta de bens e serviços para a autonomia econômica, salvaguardando o fortalecimento dos vínculos culturais em processos econômicos sustentáveis” (PROJETO DE AÇÃO, 2016, p. 02).

A referida casa de Artesanato Indígena Arte Poranga Nativa constitui-se como espaço de produção e comercialização de artesanos Sateré-Mawé em Parintins. Contudo, o espaço físico necessita de adequações em suas instalações para a realização satisfatória do comércio local e do turismo, assim como gerar renda para o sustento deste grupo indígena em espaço urbano. É nesse sentido que a incubadora AmIC vêm fazendo a assessoria do empreendimento Arte Poranga Nativa e buscando parcerias para continuar desenvolvendo as atividades de revitalização.

Já foram realizadas atividades como mutirão de limpeza, pintura completa do local, melhoria da organização do ambiente para produção e comercialização. Tais atividades foram coordenadas pela Incubadora AmIC e realizadas pelos próprios indígenas Sateré-Mawé, sendo alguns moradores da Casa de Trânsito e outros artesãos da Arte Poranga Nativa. Na figura 02 pode-se observar etapas de limpeza e pintura (A, B), e o resultado da Arte Poranga Nativa após tais atividades (C).

Figura 02 – Atividades Projeto Revitalizando a Casa de Artesanato Indígena



Fonte: Acervo AmIC, 2016

Entende-se o fato de o Projeto de Ação para revitalização do empreendimento Arte Poranga Nativa, que vem sendo realizado pela Incubadora Amazonas Indígena Criativa – AmIC em Parintins, ser uma estratégia de desenvolvimento, sistematização e compartilhamento de tecnologias sociais voltadas ao fomento de empreendimentos econômicos indígenas nesta cidade. Isso porque acredita-se que por meio de estratégias, metodologias e ferramentas de apoio ao etnoconhecimento associado a economia criativa os processos de produção, circulação e comercialização dos produtos e serviços culturais de povos indígenas serão mais valorizados na região amazônica e nos demais locais, através do fortalecimento de políticas públicas voltadas para esses povos.

A respeito de políticas públicas direcionadas aos povos indígenas a Funai (2017) enfatiza que:

A efetivação de direitos de cidadania para povos indígenas pressupõe o reconhecimento de sua autonomia, enquanto coletividades diferenciadas. Assim a participação indígena na construção de políticas públicas diferencia-se de outros grupos sociais à medida que é representativa de coletividades com especificidades que as distinguem da sociedade nacional (FUNAI, 2017).

Sabe-se que a partir da Constituição Federal de 1988 os povos indígenas puderam constituir-se como cidadãos etnicamente diferenciados, possibilitando, então, a existência de um Estado pluri-étnico. Esse fato caracteriza um ganho para a cidadania dos povos indígenas:

Porém a letra da constituição não garantiu, ainda, a inclusão das comunidades étnicas a uma participação plena nas políticas públicas de desenvolvimento, em que estas, possam exercer plenamente seus direitos. Apesar de um “crescimento econômico” anunciado pelo governo, as comunidades étnicas constituem-se em grupos vulneráveis que buscam soluções para seus problemas que tendem a agravar-se devido à política do Estado mínimo, onde não há espaço para políticas sociais que incluem as minorias étnicas (ATHIAS, 2005, p. 01).

Dessa forma, defende-se aplicação de políticas públicas que possibilitem a participação efetiva e visem realmente o bem estar e a qualidade de vida das populações indígenas, bem como valorizem as atividades que possam promover a geração de renda respeitando suas tradições culturais.

Difusão e Conservação da Cultura Indígena Sateré-Mawé a partir da Arte Poranga Nativa

O empreendimento Arte Poranga Nativa exerce uma função significativa para a cultura Sateré-Mawé, sobretudo na cidade onde suas construções de identidade étnica são constantemente questionadas pela sociedade envolvente na contemporaneidade. Portanto, “a adaptação ao meio urbano fez com que esses grupos readaptassem sua cultura e suas tradições, a partir da constituição das comunidades indígenas como parte do processo de reconstrução” (SOUZA; LAUSCHNER, 2014, p. 117)

Em meio a constantes influências externas de culturas não-indígenas essa comunidade vem resistindo e reconstruindo sua luta por direitos sociais essenciais como cidadãos brasileiros e como povo diferenciado, cujas formas tradicionais de conceber a vida perpassam gerações, ao passo que atuam na difusão, fortalecimento e reafirmação de sua cultura nos diferentes espaços de debates por seus direitos na cidade e nas Terras Indígenas. Nesse contexto, a prática do artesanato é um meio de resistência, empoderamento socioeconômico e cultural do povo Sateré-Mawé.

No ambiente citadino os indígenas tem sido invisibilizados mesmo no Estado brasileiro de maior população indígena, o Amazonas. A capital Manaus tem sido foco de inúmeras pesquisas que destacam acerca disso:

As comunidades instaladas no município de Manaus nos últimos quarenta anos não são visibilizadas pela sociedade nacional pelo seu legado cultural, uma vez que ainda se reproduzem as antigas construções do imaginário forjado pelos viajantes europeus desde a colonização. Ao se inserirem em um espaço físico totalmente alheio aos de suas raízes, eles recriaram novas

formas de sobrevivência, seja, cultural, social e econômica. (SOUZA; LAUSCHNER, 2014, p. 119)

Da mesma forma essa é uma realidade presente na cidade de Parintins, o que a torna uma realidade contraditória, uma vez que é reconhecida internacionalmente como cidade folclórica e turística com base na cultura indígena, marcada pelo processo histórico-cultural de diversos povos. Assim, apesar da Festa Folclórica valorizar a cultura indígena, a cidade ainda não desenvolve políticas públicas suficientes para o efetivo fornecimento de subsídios necessários à conservação da cultura indígena.

Nessa perspectiva, o empreendimento Arte Poranga Nativa tem buscado desenvolver o etnoconhecimento durante o processo produtivo de suas peças artesanais, no repasse do conhecimento da produção dos mais velhos aos mais jovens indígenas e até mesmo dos não-indígenas interessados no desenvolvimento da prática artesanal.

Todo o trabalho do referido empreendimento consiste em reproduzir a cultura material e imagética de crenças, valores morais e padrões estéticos uma vez que há representatividade das histórias que aludem ao próprio surgimento da etnia Sateré-Mawé. O material, o artesanato, ganha forma a partir da matéria-prima do molongó, que é uma madeira aquática encontrada na região, sementes amazônicas e resinas para a extração de pigmentos.

Já em relação ao imaterial pode-se destacar o fato do mito da origem do artesanato, pois ele envolve um valor considerado essencial para um povo, representado e revivido através da celebração de gestos, palavras, objetos, contos, danças, entre outros. Conforme Uggé (1991), a etnia Sateré-Mawé relata que o artesanato foi dado a esse povo por meio de uma divindade. Nisso percebe-se como a linha de distinção entre o simbólico e o cotidiano vivenciado pelos povos tradicionais é tênue. Perceptível essencialmente através de uma análise teórica dessa visão cosmológica indígena.

Com tudo, nota-se como o empreendimento Arte Poranga Nativa possui relevância para a difusão e conservação da cultura indígena Sateré-Mawé. Por meio da atividade artesanal o empreendimento vai contribuindo na busca por seu lugar de direito tanto no espaço das cidades como nos espaços de discussão e proposição de políticas públicas aos povos indígenas.

Considerações Finais

Destarte, a observação a campo e a literatura bibliográfica que serviram de base para este estudo inferem que a compreensão das transformações hodiernas no campo da cultura,

cada vez mais necessitam de políticas culturais com impacto econômicos e sociais. As novas dinâmicas apontam para o fomento de políticas públicas para a criação, gestão e fortalecimento dos produtos e serviços vinculados a economia criativa.

Neste sentido, a valorização das novas dinâmicas econômicas advindas da cultura e criatividade evidenciam que os novos modelos econômicos devem reconhecer que cultura e a tecnologia são imprescindíveis para o almejado desenvolvimento sustentável dos países.

Assim, o saber-fazer indígena, por meio de sua cultura necessita ser reconhecido e incentivado por suas múltiplas dimensões, ultrapassando as limitações impostas pelo sistema capitalista, valorizando a essência criativa de sociedades indígenas. A economia criativa brasileira por meio de seus princípios afirmados no Plano de da Secretaria da Economia Criativa (2012) afirma o compromisso para garantir a redistribuição de renda, promover a qualidade de vida e o acesso ao protagonismo e a cidadania dos povos do Brasil. Neste sentido, a diversidade cultural, a inclusão social, a sustentabilidade e a inovação configuram-se como prismas e ao mesmo tempo desafios nesses tempos de desmonte dos direitos sociais brasileiros.

Destarte, para a etnia Sateré-Mawé os desafios apontam para o envolvimento coletivo da etnia, sobretudo nas cidades, onde os saberes tradicionais, com destaque o artesanato configura um meio de geração de renda e manutenção da cultura materna. O empreendimento Arte Poranga Nativa, a exemplo, necessita se fortalecer e pautar-se na solidariedade social e econômica, peculiar a tradição indígena, sobretudo nas aldeias, e imprescindível nas cidades onde se concentram os grupos indígenas. Ainda que as medidas adotadas pelos governos sejam ainda insatisfatórias, no sentido do desenvolvimento da economia criativa no país, sua existência é uma alternativa de empoderamento e desenvolvimento regional para brasileiros e brasileiras.

Referências

AMIC. Incubadora Amazonas Indígena Criativa. **Acervo Fotográfico**. Universidade Federal do Amazonas. Parintins, Amazonas, 2016.

ATHIAS, Renato. **Diversidade Étnica, Direitos Indígenas e Políticas Públicas**. Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, UFPE 2005.

CRUZ, Jucilene Gomes da (el all.) **Economia Criativa no Estado do Amazonas: Empreendedorismo Cultural e Criativo dos Povos Indígenas**. In: CHAVES, Maria do Perpetuo Socorro; CARVALHO, Nerine Lúcia Alves de. *Economia Criativa: a experiência do observatório estadual de Economia Criativa/ Organização de Maria do Perpetuo Socorro Chaves e Nerine Lúcia Alves de Carvalho*. – Manaus: EDUA, 2016. (45-80).

COELHO, Maria do Perpetuo Socorro de Lima Verde. **Marcos legais para o setor da Artesania**. In: CHAVES, Maria do Perpetuo Socorro; CARVALHO, Nerine Lúcia Alves de. *Economia Criativa: a experiência do observatório estadual de Economia Criativa/ Organização de Maria do Perpetuo Socorro Chaves e Nerine Lúcia Alves de Carvalho*. – Manaus: EDUA, 2016. (81-112).

CASTRO, Mírian de Araújo Mafra; VALE, Thompson Fábio Santos do. **História de Vida: Arte Poranga Nativa**. In: *Amazonas Indígena Criativa: Incubadora de Economia Cultural/organizado por Sandra Helena da Silva [et all]*. Parintins, AM: Editora Moderna, 2016. p.46-59.

DIEGUES, Antonio Carlos (org). **Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil**. NUPAUB - USP. PROBIO – MMA. CNPQ. São Paulo, 1999.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

LANGDON, J. Representação de doenças e itinerário terapêutico dos *Siona* da Amazônia Colombiana. In: SANTOS, Ricardo; COIMBRA, Carlos (org.). **Saúde e povos indígenas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

LEITÃO, Cláudia; MACHADO, Ana Flávia. **Por um Brasil Criativo: significados, desafios e perspectivas da economia criativa brasileira**. Organizado por Cláudia Leitão e Ana Flávia Machado. Belo Horizonte: Código Editora, 2016.

MADEIRA, Mariana Gonçalves. **Economia criativa: implicações e desafios para a política externa brasileira**. Brasília: FUNAG, 2014.

MINISTÉRIO DA CULTURA B (Brasil). Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural - 2010. Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural - 2012. **Plano Setorial para as Culturas Indígenas/ MinC/ SCC - Brasília, 2012**.

NASCIMENTO, G. C. C. Mestre dos mares: o saber do território, o território do saber na pesca artesanal. In: CANANÉA, F. A. **Sentidos de leitura: sociedade e educação**. João Pessoa: Imprell, 2013, p. 57-68.

NOGUEIRA, Wilson. **Festas Amazônicas: boi-bumbá, ciranda e sairé**. Manaus: Editora Valer, 2008.

PROJETO DE AÇÃO. **Revitalizando a Casa de Artesanato Indígena “Arte Poranga Nativa”**. Incubadora Amazonas Indígena Criativa. Parintins, Amazonas, 2016.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Cidades criativas: da teoria à prática**. São Paulo: SESI-SP, 2012. 236p.

RICOVERI, Giovanna. **Bens comuns versus mercadorias**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco. 2012

SOUZA, Agnaldo Corrêa de; LAUSCHNER, Mirella Cristina Xavier. Comunidades Tradicionais reinventadas: a reconstrução identitária dos Sateré-Mawé em Manaus. In: Torres,

Iraildes Caldas (Org). **Mulheres Sateré-Mawé, a epifania de seu povo e suas práticas sociais**. Manaus: Valer, 2014. p. 117-139.

UGGÉ, Henrique. **Mitologia Sateré-Mawé**. Editora Abya-Yala. 1 ed. 1991.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. **Participação Indígena na construção de políticas públicas**. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/participacao-indigena-na-construcao-de-politicas-publicas?limitstart=0#>>. Acesso em 02 de fev. de 2014